

INCLUSÃO E O ACESSO A IGUALDADE NA EDUCAÇÃO.

Rosimeire Aparecida Cinconelo CANUTO¹

RESUMO: A inclusão educacional para todos só se comprova nas normas educacionais que especializam em todos os educandos como adequação das técnicas pedagógicas à diversidade dos aprendizes onde sociedade e educação procuram adaptar-se para poder incluir pessoas consideradas desiguais da sociedade que pertencem. O sucesso da inclusão de educandos com deficiência na escola regular provém, conseqüentemente, das possibilidades de obter evoluções expressivas destes na escola, sociedade e família. Só será inclusão quando o professor deixar o processo classificatório de notas e assumir um método ensino aprendizagem avaliando todo o desenvolvimento do educando em sala, tornando uma educação igualitária, humana.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; educação; igualdade.

1 Introdução

O atual trabalho tem por objetivo proporcionar a reflexão e superação das desigualdades educacionais abrangendo todos os educandos, partindo desde a estrutura física da instituição de ensino até a preparação do corpo docente para receber em sala de aula os alunos com necessidades educativas especiais assim destaca Alonso (2013, p. s/n) “Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações”.

A educação inclusiva é uma ação que compreende a Educação especial dentro da escola regular, permitindo que seja garantida a qualidade de ensino educacional a todos os seus alunos, respeitando a diversidade e respondendo a

¹ Graduação Em Pedagogia; Especialização em Psicopedagogia; Especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail rosiapcinconelocanuto@hotmail.com Orientadora: Profa. Me. Lidyane Aline de Freita.

cada um de acordo com suas capacidades e necessidades, onde as diferenças não são vistas como problemas, mas sim como diversidade.

Oportunizando que todos os alunos juntos, as com deficiência possuem oportunidades de fomentar se para a vida na comunidade, compartilhando do mesmo mundo sem separações e sem rótulos de deficiência.

A presente pesquisa teve buscando embasamento dentro de paradigmas de vários autores que abordam sobre inclusão e igualdade, fomentar um pouco mais o conhecimento de nós pesquisadores e leitores, acrescentando conhecimento e buscando alternativas de ampliação ao conhecimento e a aceitação da inclusão sem discriminação, compreendendo o sujeito em sua particularidade, proporcionando uma ação educacional dedicada, compassiva, evidente, aceitando e avaliando as diferenças dos educandos e que tem como fins o desenvolvimento à igualdade, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Para que isso suceda é preciso que os profissionais da educação tenham qualificação contínua para melhor atender e estar preparados para os desafios que surgem diariamente no contexto escolar incumbindo que à escolanecessite adequar a todos os educandos, em vez de esperar que estes se adapte a escola. De acordo com Bueno (1999, p. s/n) “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

No Brasil já é garantido por lei o direito à educação inclusiva, procurando desta forma incluir os alunos com necessidades especiais, isto ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996). Em seu Artigo 4.º, a LDB determina que necessite ter:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...).

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996).

Diante desta lei nota se a preocupação do Brasil sobre inclusão e igualdade educacional das crianças com necessidades educacionais especiais. No entanto sabe se que há um longo caminho a ser trilhado, buscandoverdadeiramente a inclusão educacional.

2 Breve Histórico Sobre Inclusão Educacional No Brasil

A Educação Especial no Brasil como refere à autora Jannuzzi (2006, p.12) se deu somente na segunda metade do século XIX, com a finalidade de normalizar as diferenças principiou as ações na área de Educação Especial com fundação por parte de Dom Pedro II em 1854 do Imperial Instituto dos Meninos Cegos chamado atualmente de Instituto Benjamin Constant (IBC) no Rio de Janeiro, também no RJ em 1857 foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje chamado Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES).

A Sociedade Pestalozzi do Brasil foi criada em 1945 e em 1967 possuía 16 instituições distribuídas no país.

Em 1948 é assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Escola para Todos, que garante o direito de todas as pessoas à Educação. Originada em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que já dispunha de 16 instituições em 1962. Foi então criada nesta ocasião, a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) que, em 1963, concretizou seu primeiro congresso (MENDES, 1995).

No ano de 1960 instituiu a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais - CADEME (Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960). A CADEME apresentava gerar em todo território Nacional, o treinamento, educação, reabilitação e auxílio educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo. (MAZZOTTA, 1996).

Em torno dos anos 70 no Brasil nota-se uma cogitação maior de integração social de pessoas que apresentavam deficiência, onde ocorre a institucionalização da Educação Especial em termos de planejamento de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. Já em 1988 foi garantido pela Constituição Brasileira o direito de todos à educação, incumbindo o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Novamente no período dos anos 90, começaram os debates sobre a inclusão escolar, um novo modelo de atendimento aparece como uma reação adversa à prática de integração. É promulgada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que a oferta da educação especial também

é oferecida na faixa etária de zero a seis anos e que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, bem como se houver necessidade, devem ser oferecidos os serviços de apoio especializado.

O Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, de 1999 dispõe a respeito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, determina que a educação especial seja uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, ressaltando a ação complementar da educação especial ao ensino regular.

Nos anos de 2000 a 2007 foram várias as Leis voltadas ao sistema de ensino para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, inserido pelo MEC em 2001, o Programa Educação Inclusiva em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a adequações e acessibilidade nos prédios escolares.

3 Inclusão-Fomentando Igualdade a Todos na Educação

Lentamente a Educação Especial vem granjeando seu papel de igualdade em todos os âmbitos da sociedade, todavia há muitos desafios a serem enfrentados, há ainda muito a ser feito. Em um mesmo ambiente educacional possui várias crianças com características singulares, o diferente ainda é receoso há fragilidade da formação dos professores para lidar com essa clientela, falta o profissional capacitado dentro das salas de aula.

Este novo paradigma estabelece transformação no padrão tradicional das instituições de ensino e determina que se instituam novos planos, novas formas de trabalho. "Para que possamos incluir, devemos respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro do processo de aprendizagem (...) dando-lhes assim condições necessárias para a aprendizagem e o ajustamento social." (ALVES, 2005, p. s/n.).

Depende também de algumas mudanças e adaptações no ambiente escolar, ou seja, um rompimento de paradigmas no padrão tradicional da escola, atualizando e preparando se para esse publico respeito e igualdade das diferenças e a

articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, finalidades de recursos humanos e materiais. Além disso, para uma educação inclusiva mais eficaz faz-se necessário à capacitação de profissionais habilitados nesta área como nota a autora:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p. 45-46).

Porém, adiante de tudo, é indispensável que se perceba que a escola inclusiva tem a tarefa de ensinar aos alunos a compartilharem o conhecimento, as emoções, o respeito mútuo, a discutir, destacando condições de ensino para todos os educandos, ocorrendo à troca de experiências, isto é direito absoluto de todo o ser humano, independente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade ou condições impostas pela escola constitui em educar todas as crianças em um mesmo âmbito escolar, a opção por este tipo de educação significa não negar as dificuldades dos estudantes.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) defendem essa posição ao afirmar que a Educação Especial é um:

Processo educacional escolar definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades especiais em todas as etapas e modalidades de educação básica. (BRASIL, 2001, p. 69)

A educação inclusiva é uma ação em que se agrega a participação de todos os estudantes nas escolas de ensino regular, abordando uma renovação da cultura, da prática e das políticas vividas nas escolas de modo as quais consideram à diversidade de todos os educandos proporcionando uma educação de qualidade, estabelecendo entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que ocorre não simplesmente na aceitação, como igualmente na valorização das diferenças, mas também resgatando os valores culturais e a importância do aceitar o diferente, aprender e construir valores.

3.1 Conceitos de Educação Inclusiva

A partir de 1994, surgiu o conceito de educação inclusiva com a Declaração de Salamanca. O conceito é que as crianças com necessidades educacionais especiais fiquem incluídas em escolas de ensino regular. A finalidade da inclusão evidencia um progresso da cultura resguardando que nenhuma criança precisa ser afastada das outras por apresentar determinada espécie de deficiência.

Com a Declaração de Salamanca apareceu o termo necessidades educacionais especiais, que veio substituir o termo “criança especial”, termo antes empregado para nomear uma criança e jovens com deficiência. Entretanto, este novo termo engloba todas e certas necessidades atendidas como “diferentes” e que careçam de algum tipo de enfoque específico por parte de instituições. Fomentam desta maneira alguns princípios a Declaração De Salamanca (1994).

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

3.2. O Direito da Criança com Necessidades Especiais na Escola

A presença de crianças com deficiência na escola é um direito garantido por lei (BRASIL, 1996) a constituição Federal garante aos portadores de necessidades especiais o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino.

A educação inclusiva procura abranger e respeitar as necessidades educacionais de todo educando, em um sistema regular de ensino, em salas comuns de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos, como define a Declaração de Salamanca:

(...) as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas

necessidades, (...) as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (SALAMANCA, 1994, p. 8-9).

É essa diferença, a partir da realidade social, que pode desenvolver a visão de mundo e ampliar oportunidades de convivências com todas as crianças, trazendo um compromisso indispensável e insubstituível que é introduzir o educando no mundo social, cultural e científico onde ainda há obstáculos a serem superados não só pelo profissional da educação, mas também dos pais, alunos e sociedade. Necessitando entender mais a diversidade humana, buscando compreender os estilos individuais de todo ser humano, um novo paradigma que desafia o dia-a-dia escolar, determinando desta maneira que a escola se atualize tanto na parte física com todos os aperfeiçoamentos que a lei exige, quanto na prática dos docentes aonde devem aprimorar seus métodos de ensino compreendendo a busca pelo novo desafio que é **incluir sem excluir** [grifo nosso].

3.3. Todas As Crianças Podem Aprender: Respeitando As Diferenças

O sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando reconhecem que os educandos, de um modo geral, apresentam diferentes capacidades, ritmos e maneiras de aprendizagem e que sejam respeitados essas diferenças. É precisamente aí que aparece a escola inclusiva, para fazer com que essas diferenças sejam abolidas, valorizando a diversidade e estimulando a autonomia. Entretanto, para que isso aconteça se faz indispensável, capacitar os profissionais que atuam nestes ambientes, para que deixem os preconceitos e instruem-se a lidar com a diferença.

De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (International Disability and Development Consortium - IDDC) sobre a Educação Inclusiva, realizado em março de 1998 na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando reconhece que todas as crianças podem aprender, respeitando as diferenças nas crianças, seja ela: idade, sexo, etnia, língua, deficiência, dificuldade de aprendizagem, classe social, estado de saúde, permitindo que as estruturas, sistemas e metodologias de educação

acolham as necessidades de todas as crianças, promovendo uma sociedade educacional inclusiva.

Esta sociedade educacional inclusiva consisti em um processo dinâmico que está em progresso constante, não deve ser limitado ou centralizado por salas de aula numerosas nem por deficiência de recursos materiais. Porém compreendendo uma proposta de conteúdos segundo a realidade de cada escola, métodos pedagógicos voltado ao aluno este oferecido com qualidade de maneira coletiva, dinâmica e flexível solicitando transformações expressivas na estrutura e no regulamento das escolas, na concepção compassiva dos educadores, currículos ajustados, aonde a avaliação se consisti em ações diárias na escola.

Promovendo as relações família-escola e sociedade estabelecendo o papel da escola na superação da lógica da exclusão assegurando todos à permanência na escola regular até mesmo aquelas que possuem qualquer tipo de deficiência, fomentando sua estabilidade e a aprendizagem respeitando seu ritmo de aprendizagem atuando com a finalidade de proporcionar lhe uma formação cidadã, como refere. Schneider (2004, p.1)

[...] às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com suas comunidades. A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige da escola brasileira novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.).

Nota se que ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de características comuns a todos, também há a importância de que cada ser humano é único e evidencia características e necessidades únicas. Segundo a UNESCO ha diversidade na sala de aula:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO, 1994, p.11-12).

Muitas crianças sentem dificuldades de aprendizagem, portanto, acredita que o educador consiga atender a estas diversidades considerando o ritmo e estilo de seus educandos que acham presentes em sua sala de aula proporcionando a aprendizagem.

4. O Olhar De Alguns Autores Sobre Inclusão Educacional

A inclusão define-se como o método aonde a sociedade e a educação procura adaptar-se para poder abranger, em seus princípios igualitários, pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertença, seja ela por raça, cor, sexo, dificuldades de aprendizagem, portadores de algum tipo de deficiência e até mesmo aos de altas habilidades (superdotados). Na educação inclusiva o trabalho também é mais absorvente, não é só para qualificar pessoas, como ressalta a autora:

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais. (ALONSO, 2013, p.1)

Ferreira coloca que é na valorização da diversidade respeitando as desigualdades que gera a inclusão, como destaca:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p. 44).

Pelejar contra a exclusão é incluir, transformando, proporcionando a autonomia, interrompendo obstáculos que a sociedade criou para as pessoas. É desta autonomia inclusiva que Sassaki (1997, p. 41) refere-se à inclusão:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Como afirma o autor à escola reclama por ações educativas de intervenção no campo da inclusão. Desta forma fica claro que o método de inclusão é uma realidade apropiadíssima.

O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, por exemplo, nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços. (SASSAKI, 2005, p. 20).

Para a evolução da inclusão, fica indispensável que tenha a participação da educação em todas as suas possibilidades e dos seus atores de forma completa e absoluta, quando alega que a busca por escolas inclusivas necessita ser uma ação contínua, deste modo descreve Cruz (2005, p. 17):

Almejar uma escola inclusiva significa busca constante de coerência no relacionamento entre questões particulares e gerais, entre o indivíduo e a coletividade, entre os componentes curriculares e a escola, enfim, a fim de que se potencialize a ampliação do espaço de participação social de uma parcela da população sumária e indevidamente excluída do nosso sistema de ensino. O relacionamento entre as características da pessoa, o ambiente físico-social e as tarefas que lhe são propostas não pode ser ignorado quando da implementação de programas escolares, sejam eles direcionados para pessoas portadoras ou não de deficiência

Educação inclusiva se dá através da interação, socialização e remodelação das escolas. O panorama educacional precisará propiciar tais ocasiões conforme menciona a autora:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (MITLER, 2003, p. 25):

Quando todos os alunos juntos em uma mesma turma, as pessoas com deficiência apresentam chances maiores de preparar-se para a convivência em grupo adquirindo sua identidade, compartilhando do mesmo mundo sem desigualdade.

No processo de Ensino/aprendizagem numa técnica inclusiva, os docentes aprimoram suas capacidades profissionais, destaca Stainback (1999):

A interação e a comunicação facilitadas ajudam o desenvolvimento de amizades e o trabalho com os colegas. Os alunos aprendem a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer confortavelmente com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares.

A escola é a porta de entrada para a inclusão escolar, sendo, portanto o seu papel frente à sociedade.

5 Considerações Finais

Para que haja uma educação inclusiva e igualitária necessitam transformações, aonde compete oferecer aumento do acesso de alunos com necessidades especiais em salas regulares, também proporcionando aos professores desta classe apoio técnicos junto com um professor especializado competindo a estes oferecerem um processo múltiplo de aprendizagem, levando estes a estabelecer formas criadoras de ação com as crianças portadoras de deficiência. Conhecer as necessidades peculiares da criança tornando uma educação igualitária englobando a todos: modificar a maneira de planejar e avaliar, transformar o método de ensinar. Mudar de atitude, não requer abandonar o que foi aprendido ao longo do tempo, mas reconstruí-lo, modificar sua práxis.

Observa-se que mesmo antes do professor souber quem são seus alunos já vem com o planejamento pronto mesmo sem conhecer a singularidade de seus discentes, conhecimento não é algo pronto e acabado o ensino não é um processo automático e sim ensino aprendizagem, considerando todas as especialidades individuais e capacidades de aprendizagem. Mas aliás há muito a ser pleiteado, uma vez que ainda é utilizado o sistema de provas, ficando o aluno muitas das vezes frustrados, por não conseguir a média adotada pela escola.

Este método tem como fundamental finalidade constatar erros e acertos do aluno, não se atentando com o que ele realmente aprendeu durante o seu processo de ensino. Onde ficam os alunos com necessidades educacionais especiais neste contexto, será que não aprenderam nada no decorrer de um ano letivo? Prevalecer uma pergunta a se refletir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **A Escola Inclusiva do Século XXI**. As crianças podem esperar tanto TEMPO? Planeta Educação; Conhecimento que transforma. Disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/impressao.asp?artigo=1003>>. Acesso em: 06 julho 2015.

ALONSO, Daniela. Os Desafios Da Educação Inclusiva Foco Nas Redes De Apoio: Inclusão No Brasil E Educação Especial Na Escola Regular. **Revista Nova Escola**, fevereiro de 2013. Disponível em. <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra->

especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>. Acesso dia 02 junho 2015

_____. **Educação Inclusiva: Desafios Da Formação e Da Atuação Em Sala De Aula.** Revista Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/palavra-especialista-educacao-inclusiva-desafios-formacao-atuacao-sala-aula-762299.shtml?page=4>> Acesso em:12 agosto 2015

ALVES, F. **Inclusão: Muitos Olhares, Vários Caminhos E Um Grande Desafio.** Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

_____. **Inclusão: Muitos Olhares, Vários Caminhos E Um Grande Desafio.** Rio De Janeiro. Editora Wak, 2009<http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/33256>Acesso em:18 junho 2015

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097/#ixzz3hcc2CCuj>>Acesso em: 15 maio 2015

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Aprovado em 03 de julho de 2001. Brasília: CEB, 2001.Disponível em<<http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anaais/pdf/BP05.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097/#ixzz3hccUVSw7>>. Acesso em:15 maio 2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298,** de 20 de dezembro de 1999.

Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097/#ixzz3hcZyS4zB>>Acesso em:15 maio 2015

BRASIL. Ministério Da Educação. **Diretrizes Nacionais Para A Educação Especial Na Educação Básica/Secretaria De Educação Especial**. Mec; Seesp, 2001. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-da-inclusao-da-educacao-no-ensino-aprendizagem-na-u-e-maria-rodrigues-da-silva-o-letramento-a-proposta-de-incluir-a-educacao-especial-e-seu-papel-na-inclusao/114121/#ixzz3jDyF7458>>Acesso em:15 maio 2015

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças Com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional E A Formação De Professores: Generalistas Ou Especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2009, 3(5): 7-25. Disponível em<<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>>. Acesso em 23 julho 2015.

_____. Crianças Com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional E A Formação De Professores: Generalista Ou Especialista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba-SP, 1999. Disponível em :<www.educacaoonline.pro.br/index.php?...id>Acesso em 23 julho 2015.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. 229 f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rbefe/article/viewFile/16592/18305>. Acesso em 23 julho 2015

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, junho de 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será Que Sou a Favor ou Contra uma Escola de Qualidade para Todos?**Revista da Educação Especial**. Out/2005, Nº 40. Disponível em: <www.mpba.mp.br/.../educacaoinclusiva/.../educacao_inclusiva_n.>. Acesso em: 20 maio 2015

JANNUZZI, Gilberta S.de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2ª ed. – Campinas- SP: Autores Associados, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/.../a_educacao_do_deficiente_no_brasil.htAcesso em: 24 julho 2015

LEI DE DIRETRIZES E BASES – **Lei 9394/96 – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 10 julho 2015.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. **Revista Presença Pedagógica** (Novembro/Dezembro 2003) Disponível em: <<https://projetoinclusao.files.wordpress.com/.../historia-da-educacao-espec...>>. Acesso em: 15 junho 2015.

MELLI, Rosana. Educação Inclusiva. In: MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001. Disponível em: <www.escavador.com/pessoas/1801279>. Acesso em 15 junho 2015.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A Construção Científica De Um Conceito E A Realidade Educacional**, 1995. 387 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php%3Fps%3Dartigos%26idt%3Dartc%26cat%3D7%26idart%3D253>>. Acesso em 26 junho 2015

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. Disponível em:<http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceduc/educacaoinclusiva/artigos/educacao_inclusiva_no_brasil.pdf>. Acesso em: 29 junho 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997Disponível em: <http://www2.cefd.ufes.br/sites/www2.cefd.ufes.br/files/Jos%C3%A9%20Abreu.pdf>>. Acesso em: 04 julho 2015.

_____. **Inclusão: O Paradigma do Século XXI. Inclusão: A Revista da Educação Especial**, out. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 04 julho 2015.

SCHENEIDER, Magalis Bésser Dorneles. **Subsídios Para Atuação Pedagógica No Cotidiano Escolar Inclusivo**. Disponível em:<periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/329/362>. Acesso em: 26 maio 2015.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: Um Guia Para Educadores**. Tradução de Magda Lopes, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em:<www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../xBkjCw3l.doc>. Acesso em: 10 agosto 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849_727.pdf>Acesso em: 10 agosto 2015.